

O Veredicto é um projeto de extensão da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília que une simulações jurídicas, pesquisa e extensão. Criado em 2013, vem se tornando, ao longo dos anos, uma referência no que tange à pluralidade social e à horizontalidade na troca de conhecimento. Atualmente, possui mais de 90 membros, além dos coordenadores, que atuam em 5 (cinco) diferentes áreas: Administração, Atuação Itinerante, Comunicação, Extensão e Pesquisa.

“VEREDICTO: SIMULAÇÕES JURÍDICAS, PESQUISA E EXTENSÃO” –

O ESPAÇO DE DIÁLOGO PROPORCIONADO PELA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA UNIVERSITÁRIA E SEUS REFLEXOS SOCIAIS

Felipe Augusto Romão³⁷⁵

Giovanna Milanez Tavares³⁷⁶

Patrícia Bouvier do Nascimento Silva³⁷⁷

Ramon Richardson Torres Lima³⁷⁸

Sofia Sarmiento Barros³⁷⁹

RESUMO

O Veredicto é um projeto de extensão da Universidade de Brasília que se destaca por englobar o conceito de extensão universitária popular na sua atuação no Centro de Ensino Médio de Sobradinho (CEM 01) do Distrito Federal. O presente trabalho visa tanto traçar o conceito e a importância da extensão popular e, a partir dele, criticar o critério de classificação de extensão da UnB, como também analisar os relatórios dos encontros de extensão, produzidos desde a criação do Veredicto, em 2013. Diante dessas premissas, objetivou-se verificar se foi proporcionado espaço de fala aos alunos do Ensino Médio, público-alvo do projeto. Por fim, demonstrou-se que os estudantes majoritariamente defenderam tanto posições relativamente punitivistas quanto não-punitivistas em seus discursos sobre a realidade social, com a presença de bipolaridade de posições. Isso significa que foi oferecido um ambiente em que os estudantes se sentiram apoderados para livremente se manifestar.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Universidade de Brasília. Veredicto.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo intenciona possibilitar, em linhas gerais, uma melhor compreensão da ideia de extensão universitária e, mais especificamente, de extensão universitária popular,

³⁷⁵ Graduando em Direito pela Universidade de Brasília

³⁷⁶ Graduanda em Direito pela Universidade de Brasília

³⁷⁷ Graduanda em Direito pela Universidade de Brasília

³⁷⁸ Graduando em Direito pela Universidade de Brasília

³⁷⁹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília

assim como a importância desta para o fortalecimento do que se chama de tripé universitário na Universidade de Brasília.

Posteriormente, a partir de metodologia a ser explanada no momento devido, trabalhar-se-á com a realidade específica do Projeto de Extensão “Veredicto: Simulações Jurídicas, Pesquisa e Extensão”. Ele possui 5 (cinco) áreas internas. Além da Coordenação-Geral, tem-se o Administrativo, a Atuação Itinerante, a Comunicação, a Pesquisa e a Extensão, área foco deste artigo.

Uma das grandes peculiaridades positivas do Veredicto é o fato de, apesar de ser um Projeto de Extensão da Faculdade de Direito, ser aberto a todos os cursos e faculdades. Dessa forma, possui membros não apenas do Direito, mas também de Fotografia, Gastronomia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Ciência Política, Comunicação Social, Letras, entre outros. Inclusive, são os próprios membros que gerem o projeto, com autonomia e responsabilidade. Tudo isso proporciona uma efetiva troca de saberes entre os membros, concretizando a pluralidade e a horizontalidade que pressupõem a concepção de extensão universitária.

No site do projeto³⁸⁰, consta um pequeno resumo da área “Extensão”, que pode não somente proporcionar uma melhor compreensão de seu propósito, como também estabelecer as principais ideias que nortearão este trabalho. Segundo a descrição,

Na educação superior brasileira, é bastante presente e difundida a ideia de tripé universitário. Este sistema é assim apelidado por ser composto pelos pilares necessários a uma formação universitária completa e de qualidade: ensino, pesquisa e extensão. A extensão universitária é bastante plural e, como tal, pode assumir várias formas e várias definições.

O Veredicto norteia suas práticas a partir do conceito da extensão popular como forma de contato entre a universidade e sua comunidade. Através desses momentos, é possibilitada a troca de conhecimentos e experiências interdisciplinares, bem como de vivências sociais norteadas pelos ideais de troca de saberes, de paridade e de horizontalidade plenas. A extensão é uma atividade desafiadora e muitas vezes complexa, mas também transformadora, tanto de opiniões quanto de visões, contextos e realidades.

A Extensão é a área do projeto que se propõe a realizar esse ideal extensionista e, para isso, desenvolve, durante todo o ano, encontros semanais com os estudantes do Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho, durante 50 minutos. Nessas ocasiões, que destoam obrigatoriamente da organização professor-aluno tradicional, são promovidos debates e dinâmicas sobre temas relativos a direitos fundamentais e cidadania. Objetivamos, assim, fazer com que os membros do projeto e os estudantes da escola possam refletir sobre seus contextos e convicções e, como consequência, desconstruir valores e perspectivas, assumindo uma postura questionadora e transformadora da sociedade a sua volta. **Extensão é desconstrução.**

³⁸⁰ Disponível em <<https://www.veredictounb.com.br/extensao>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

2. A IDEIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A concepção de extensão surge a partir de uma tentativa de flexibilizar o ensino e também contribuir para a democratização das relações entre a Universidade e a sociedade em busca do desenvolvimento sustentável, sendo esta última inclusive a missão³⁸¹ definida pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília para si.

Paulo Freire (1996) já nos dizia que não há docência sem discência e que, inclusive, o ensino não é simplesmente uma transferência de conhecimento. Com muita sabedoria, pontuou uma realidade há muito negligenciada, trazendo à tona a necessidade de reflexão crítica sobre a prática e a insuficiência teórica. Ele também traz uma crítica extremamente importante ao sistema educacional, pontuando que

Os sistemas de avaliação pedagógica de alunos e de professores vêm se assumindo cada vez mais como discursos verticais, de cima para baixo, mas insistindo em passar por democráticos. [...] A questão que se coloca a nós é lutar em favor da compreensão e da prática da avaliação enquanto instrumento de apreciação do que fazer de sujeitos críticos a serviço, por isso mesmo, da libertação e não da domesticação. Avaliação em que se estimule o falar a como caminho do falar com” (FREIRE, p. 72-73, 1996)

Ainda, tratando do aspecto do espaço de fala, central em seus trabalhos e essencial à concepção de extensão em sua essência, expõe esse cenário complexo ressaltando o direito e, ao mesmo tempo dever daquele que tem algo a dizer de dizê-lo. Entretanto, a consciência deste de que não é o único que tem algo a dizer também é importante, assim como a percepção de que sua fala, por mais importante que seja, não é verdade absoluta (FREIRE, 1996). Isso implica na construção daquilo que chamamos de empatia.

Nesse sentido, é essencial que o educador democrático se cale para escutar quem fala, sendo intolerável qualquer postura autoritária que de alguma forma iniba o espaço de fala daquele que não quer mais ser permanecer em silêncio. Na verdade, deve motivar e desafiar quem escuta, proporcionando um espaço de integração de saberes.

Compreender as palavras de Paulo Freire é absorver a essência de uma extensão universitária, em que o espaço de fala assume papel central e preza-se incessantemente pela horizontalidade, ofertando aos participantes um ambiente acolhedor, transformador e que pode, ao longo do tempo, impactar toda a sociedade de diferentes formas.

Inclusive, segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária,

a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do

³⁸¹ Disponível em <<http://dex.unb.br/sobre-o-decanato-de-extensao>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade” (FORPROEX, 1987, p. 3)

Portanto, entende-se a extensão universitária como a personificação de uma via de mão dupla, um compromisso social da universidade, uma garantia de valores democráticos de igualdade e desenvolvimento social e, enfim, a liga que une a universidade (ensino e pesquisa) e as demandas da sociedade.

Ainda, é uma vertente de produção de conhecimento que valoriza e prioriza metodologias participativas e favorecem o diálogo, aprofundando “um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade” (FORPROEX, 1987, p. 3).

Ao questionar o objetivo central de uma extensão universitária, poder-se-iam suscitar inúmeros propósitos. Entretanto, é possível destacar uma que é central: a formação do profissional cidadão que interaja efetivamente com a sociedade, seja para situar-se historicamente, identificar-se culturalmente ou referenciar sua formação técnica com os problemas que provavelmente um dia enfrentará (FORPROEX, 1987), ou seja, é se transformar, amadurecer, acima de produzir conhecimento, é trocá-lo, desenvolvendo habilidades e competências multi, inter e transdisciplinares que podem contribuir de forma efetiva na superação de desigualdades sociais.

Entretanto, existe um conceito ainda mais restrito de Extensão Universitária: a Popular, na qual o Veredicto se enquadra. A Extensão Universitária Popular determina-se pela troca de conhecimento na interface Universidade/comunidade, não possui qualquer hierarquia de discurso, sendo pautada puramente em diálogos horizontais, e busca a equiparação de valores e a transformação social (RODRIGUES; REZENDE; OHOFUGI, 2017).

Problematizando ainda mais, é importante questionar a importância de uma experiência extensionista em um ambiente jurídico. Segundo Carolina Tokarsi,

Nas faculdades de direito, o outro é apresentado descaracterizado de seu lado humano. Nos livros e nas frases soltas pelo professor, convivemos com Caios, Tícios e Tiburcios, mas não sabemos a cor da sua pele, o lugar que moram, se são católicos ou frequentam o candomblé, enfim, como são constituídas suas subjetividades, e como se dá sua relação com a sociedade. **Na faculdade, somos formados para lidar com homens e mulheres ocios:** não importam os sentimentos, as crenças, os desejos, os medos, nada o que motiva a ação humana. **A subjetividade do jurista vai assim sendo deformada para lidar com pessoas que são coisas** (2009, p. 67, grifos nossos).

Nesse sentido, a prática da extensão jurídica permite a transformação desse cenário a partir do posicionamento do estudante à frente de um outro que possui não apenas uma

história de vida e uma singularidade, mas que fala, que quer ser ouvido e respeitado. E, por isso, o diálogo é tão importante. Compreender a realidade de outrem simplesmente na dimensão objetiva desumaniza o olhar. É, então, na dimensão subjetiva, no diálogo, na troca de saberes e conhecimentos, que se possibilita ir além dos dados, alcançando sentimentos, desejos, necessidades, o verdadeiro sofrimento.

Apesar de tão benéfica, a extensão universitária é pouco valorizada por estudantes e professores, que não veem nenhuma vantagem profissional ou de reconhecimento nessa atividade. Dessa maneira, muitas das vezes, o estudante percorre a trajetória de graduação centrado apenas em preocupações de uma futura carreira profissional, tornando “da faculdade de direito um espaço de culto aos valores aristocráticos e de construção de relações e estratégias para a busca da segurança e estabilidade financeira” (TOKARSI, 2009, p. 73). Sua contribuição no ambiente universitário, no entanto, é visível.

3. A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NO TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

O tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão oferece entre seus pilares instrumental para que eles se desenvolvam, buscando a formação do cidadão e a qualidade da produção de conhecimento destinada à sociedade brasileira. Destarte, o conhecimento pode ser democratizado, acessível e construído para e por toda a população, além da comunidade acadêmica, mediante a premissa de que o tripé é sustentado pelas trocas de saberes. Uma universidade que pensa sobre e interage com o objeto que estuda, a sociedade.

A extensão universitária propõe que a Universidade se estenda e gere frutos para além dos muros universitários, sendo capaz de desconstruir conceitos e transformar a realidade social. Assim, há um contexto que abrange a função social da Universidade, cujo objetivo é não ser alheia aos problemas sociais, mas sim apoderar os agentes sociais a reformularem sua própria realidade social. Entretanto, não se deve olvidar que a extensão deseja ser responsiva e corresponder às expectativas da sociedade, pois que a ação universitária deve se expandir apenas aos limites dos valores culturais e necessidades do corpo social.

Nessa toada, a extensão popular aproxima a comunidade acadêmica à identidade e às demandas do povo brasileiro, no que importa identificar seu perfil, comportamento, contexto em que está inserido, sua cultura e seus processos sociais e políticos. Com tais elementos, visa-se tanto aprender a partir deles, quanto familiarizar e refletir sobre seus pontos disfuncionais, dando margem à sua resolução pela própria comunidade, respeitando a emancipação e o protagonismo popular.

Em muito a extensão tem a contribuir, principalmente no que tange à construção de

métodos alternativos de sanar impasses que prejudicam o bem-estar social, utilizando-se de conhecimentos da própria comunidade como também do meio acadêmico. Ademais, a extensão cria novos compromissos para com os outros dois pilares universitários, já que traz novas ideias de cursos, matérias, objetos de pesquisa, serviços a serem prestados e estruturas universitárias a serem instaladas, a fim de complementar a própria atuação extensionista.

Paralela à extensão, a Universidade de Brasília (UnB) foi arquitetada para ser de fato uma “UniverCidade”, sem muros, em que toda a sociedade poderia frequentar o ambiente universitário, interdisciplinar, de modo a compartilhar conhecimento e, mesmo, para conviver com as mais diversas pessoas com variados interesses. A produção de conhecimento nacional, descolonizada, reconhecendo a riqueza de saberes dentro do país, obtidas também a partir da própria sociedade, foi ideia fundadora da UnB e idealizada por Darcy Ribeiro. Por sua vez, o educador Paulo Freire, cuja obra inspira as extensões, demonstra que o diálogo está presente na extensão universitária, como no lírico trecho a seguir:

educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (1983, p. 15)

Com esse histórico, foi natural que a Universidade de Brasília se empenhasse e fosse reconhecida pelos seus grupos de extensão, com bom engajamento do corpo estudantil. Não obstante seu destaque nacional pelo número de projetos de extensão que oferece, há certas questões a se problematizar, porquanto muitos deles não se alinham às ideias motivadoras de Darcy Ribeiro, como também às importantes considerações de Paulo Freire a respeito do conceito de extensão.

4. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

De acordo com a apresentação de Extensão da Universidade de Brasília, encontrada em seu sítio na internet, extensão é

a universidade além dos campi. A proposta da Extensão universitária é melhorar a realidade social por meio de ações concretas da comunidade acadêmica. Na UnB, a extensão é pilar essencial para colocar em prática o aprendizado, promover a integração e entender as necessidades do país. Numerosos programas, projetos e eventos conduzidos pela instituição produzem resultados diários e ajudam a transformar a vida das pessoas³⁸²

³⁸² Disponível em: <<https://www.unb.br/extensao>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

Desde logo podemos explorar duas problemáticas não só na propaganda, mas na práxis em si da Extensão e de programas extensionistas dentro da UnB, quais sejam: o viés extensionista adotado pela instituição e quais ações são detidas como extensionistas pela mesma.

Para entendermos o critério adotado pela instituição aqui questionada quanto aos direcionamentos da extensão dentro de seus espaços, precisamos explorar que tipos de atividades tal instituição prontifica como potenciais ou como próprias atividades extensionistas:

Segundo a Resolução da Câmara de Extensão nº 01/2015, que buscou estabelecer procedimentos operacionais para a institucionalização de atividades de extensão na Universidade de Brasília, os conceitos das ações de extensão são programa, projeto, evento e curso, concebidos como: 1) Programa como o conjunto de ações de médio e longo prazo orientadas a um objetivo comum de estabelecer a prática extensionista dentro das diretrizes do projeto pedagógico da Universidade; 2) Projeto, com duração de seis meses a dois anos, como forma externalizada da ação extensionista em seu caráter diverso; 3) Evento como ações de curta duração que visam a apresentação de conhecimentos ou produtos culturais e/ou científicos, conservados ou reconhecidos pela Universidade; 4) Por fim, o curso é o conjunto articulado de ações de caráter teórico e/ou prático que busca o aperfeiçoamento ou disseminação de conhecimentos.

Desta forma, verificamos a abrangência das ações extensionistas institucionalizadas pela Universidade, abrangência esta que traz um número tão grande de ações para o viés da extensão que dificulta o próprio acompanhamento das mesmas dentro dos meios institucionalizados pela UnB.

O que queremos dizer com esta última afirmação é que tal Resolução da Câmara de Extensão, ao preocupar-se demasiadamente com a institucionalização dos programas extensionistas e com a definição de quais ações ali se inserem, acabou por, em sua abrangência, tornar genérico o conceito extensionista.

Percebe-se aqui a Extensão, dentro do tripé universitário praticado na UnB, como concebida por um critério residual de exclusão: tudo aquilo que não faz parte do eixo de Ensino ou do eixo de Pesquisa, torna-se Extensão. Mister salientar que não basta ter contato com o exterior universitário para ser extensão, é preciso que tal contato tenha bases definidas em princípios dialógicos de educação libertadora e formação cidadã, não em um Projeto Político Pedagógico de conceitos vastos e praticamente esquecido pelo corpo acadêmico.

Além da imprecisão conceitual encontrada nas diretrizes extensionistas da

Universidade de Brasília, nota-se também uma despreocupação da instituição com o caráter assistencialista e paternalista que toma eixo na maior parte dos projetos ali institucionalizados.

É possível verificar que muitos projetos e programas vigentes na Universidade tem caráter meramente assistencialista, buscando a prestação de serviços para a comunidade. Tal fato nos leva ao questionamento, ainda inconclusivo, se é a própria genericidade e abrangência da Instituição que leva o corpo discente e docente a propor projetos que não têm características extensionistas em sua essência ou se é o próprio corpo universitário que não busca se aprofundar nas diretrizes e práxis de Extensão que levam verdadeiramente à democratização do conhecimento e à formação cidadã de interação efetiva com a sociedade.

Aqui, não buscamos criticar a prestação de serviços exercida pela comunidade acadêmica, mas sim sua categorização como parte do eixo extensionista. Acreditamos na prestação de serviço como meio ou consequência para a efetivação dos ideais extensionistas de quaisquer projetos, entretanto, quando nos deparamos com ações essencialmente assistencialistas, entendemos que ali não há a busca de interação dialógica e de trocas com a sociedade exterior à Academia.

5. OS REFLEXOS SOCIAIS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DA EXTENSÃO NO PROJETO DE EXTENSÃO “VEREDICTO: SIMULAÇÕES JURÍDICAS, PESQUISA E EXTENSÃO”

Entre os projetos de extensão da UnB, o Veredicto, iniciado em 2013, possui grande destaque, por ter se tornado um dos projetos de extensão com maior número de membros. É um projeto de extensão universitária popular que possui aproximadamente 90 membros e atua em diferentes frentes, sendo a principal delas as atividades extensionistas desenvolvidas na escola sede CEM 01 em Sobradinho (Brasília, Distrito Federal).

Seu papel chega a ser emblemático quando pensamos na problemática de acesso de grupos vulneráveis às instituições de ensino superior, sendo no caso específico de estudantes de escolas públicas do Distrito Federal, principalmente o acesso à Universidade de Brasília.

O principal meio de trabalho do projeto se dá através de rodas de conversa junto dos alunos da escola sobre diversos temas ligados ao cotidiano, mas que não se dispersam de serem socialmente relevantes, sendo o acesso ao ensino superior um dos temas trabalhados, como já falado, principalmente o acesso à UnB.

Nesses encontros com os alunos buscamos principalmente estabelecer uma linha dialógica com os mesmos, absorver de sua realidade e estabelecer um ambiente de livre expressão.

Ponto que é destacado e reiterado nos relatórios dos membros do Projeto sobre os

encontros com os alunos sob o tema da Universidade é o da falta de perspectiva de acesso que os mesmos têm em relação às instituições de ensino superior público. Muitos alunos relatam que nem se valem de tentar o ingresso pois pensam que são incapazes devido a grande diferença na qualidade do ensino que eles recebem para o ensino privado.

Assim, o Projeto busca motivá-los a ingressarem no vestibular e também busca meios para materialmente ajudá-los, com doação de livros, tiragem de dúvidas, explanações sobre o sistema de cotas, etc. Resultado de tal esforço tem sido visto nos últimos anos com o crescente número de aprovados, dos alunos que estiveram em contato com o projeto, no vestibular da UnB, o que lhes parecia impossível, e no relato de agradecimento de muitos quanto ao incentivo do Veredicto para seu ingresso no ensino superior público.

O projeto preocupa-se em construir uma memória institucional da extensão que proporcione uma compreensão macro das contribuições e dificuldades reais. Nesse sentido, como relatado acima, produz relatórios e atas de suas atividades, sendo que estes tratam predominantemente sobre as atividades extensionistas no CEM 01 de Sobradinho. Tais relatórios têm a seguinte forma: nele se especifica a data do encontro relatado; a turma da escola na qual se deu a atividade; os membros presentes; o tema de encontro; e uma descrição do desenvolver das atividades, apontando fatos relevantes ocorridos e pontos levantados na discussão.

Sendo o debate de ideias um elemento essencial da atividade proposta pelo Veredicto, escolhemos verificar através do recurso dos relatórios qual seria a natureza geral dos posicionamentos apresentados pelos estudantes do CEM 01 de Sobradinho em nossos encontros. Para tanto, delimitamos a nossa análise em temáticas relacionadas ao Direito Penal Brasileiro, que foram bastante recorrentes ao longo dos anos de projeto. Para fins de análise entenderemos que, sobre os temas, estudantes podem apresentar, de forma simplória ou mesmo reducionista, perspectivas relativamente punitivistas ou não, no espectro do Direito Penal. Tomaremos como punitivista qualquer discurso que valde como forma de prevenção do crime a punição e repressão de determinada conduta, seja na esfera individual daquele que está sendo punido, seja na esfera social, daqueles que enxergam a punição.

Portanto, cada relatório analisado será taxado em uma de quatro categorias propostas: A) Os estudantes defenderam tanto posições relativamente punitivistas quanto não-punitivistas, havendo um encontro de ideias na atividade; B) A turma apresentou um discurso predominantemente punitivista acerca do tema; C) A turma apresentou um discurso predominantemente contra um ideal punitivista acerca do tema; D) O Relatório é inconclusivo para fins dessa análise ou não existe.

Cabe também considerar a data na qual o encontro aconteceu visto que, encontros feitos no segundo semestre do ano se dão em turmas que já acompanham as atividades do projeto desde o início do mesmo ano. Outro parâmetro interessante que será considerado é se a turma é de estudantes do primeiro, segundo, ou terceiro ano do ensino médio.

Outra questão importante é que serão desconsiderados em nossa análise as questões levantadas pelos membros do projeto Veredicto durante as atividades para se avaliar os posicionamentos da turma, visto que esses em geral devem ter o intuito de provocar a autocrítica das posições que os estudantes de ensino médio apresentam diante do tema. Considera-se, portanto, que, se os membros do projeto provocaram um questionamento, tal fato não será usado para avaliar que a turma teve um determinado posicionamento. Se levou em conta apenas o que os próprios estudantes defendem.

Ao total foram analisados 83 (oitenta e três) relatórios do banco de dados do Veredicto, entre os anos de 2013 a 2017, sendo 2013 o ano da gênese do projeto. Como resultados gerais, temos que 40 (quarenta) dos 83 (oitenta e três) (48,2%) se encaixam no grupo “A)”, querendo dizer que houve uma exposição mútua de ideias tanto punitivistas quanto não-punitivistas; 12 (doze) no grupo “B)”, apresentando predominantemente ideais punitivistas; 19 (dezenove) no “C)”, constituindo predominantemente ideais contra o punitivismo; e 12 (doze) na categoria “D)”, que apesar de serem de temática penal, não são conclusivos para a pesquisa. Vale ressaltar ainda que, dentre os relatórios do grupo “A)”, não existe predominância de turmas de qualquer ano do Ensino Médio (14 (quatorze) são de 3º ano; 14 (quatorze) são de 2º ano; e 12 (doze) são de 1º ano).

O Veredicto, procurando proporcionar um espaço de debate para os estudantes do Centro de Ensino Médio 01, levantou questões sugeridas pelos próprios estudantes em sua maioria e isso levou a uma interessante variedade de temáticas. Dentre as analisadas, que tratam do sistema penal em vários de seus aspectos, tivemos 12 (doze) temas distintos ao longo dos anos. Por outro lado, também é notável a gravitação a determinados temas, que se repetem desde os primeiros anos da atuação do projeto. Dois desses que enfocaremos para a análise são o tema da “descriminalização do aborto” e da “descriminalização das drogas”.

O aborto foi usado como tema nos encontros desde o começo das atividades do veredicto. As turmas que se manifestaram de maneira punitivistas ou não nos encontros foram quinze, sem contar com a classificação “D” em que o relatório é inconclusivo para fins dessa análise. Desses 15 (quinze), 9 (nove) são da categoria “A” com posições tanto punitivistas como não punitivistas; 2 (dois) da categoria “B” de caráter punitivista e 3 (três) da categoria “C” de caráter não punitivista. Quanto às turmas, seis foram de terceiro ano, 5 (cinco) de

primeiro e 4 (quatro) de segundo ano. De maneira geral, a posição dos alunos quanto ao tema do aborto foi discutida de forma punitivista e não punitivista, sem predominância de opinião.

Outro tema bastante explorado foi o de descriminalização das drogas. Dos 18 (dezoito) relatórios analisáveis, 12 (doze) foram julgados tanto punitivistas como não punitivistas, 2 (dois) punitivistas e 4 (quatro) não punitivistas. Desses relatórios analisados, 6 (seis) são de primeiro ano, 7 (sete) de segundo ano e 5 (cinco) de terceiro ano. É um tema que sempre promove bastante discussão e opiniões muito divergentes e dificilmente uma turma vai entrar em unanimidade.

Analisamos o tema de atuação policial em 8 (oito) relatórios. O tema de atuação policial discute principalmente seus excessos e violência. Dentre eles, 5 (cinco) turmas discutiram de forma punitivistas e não punitivista, tendo o diálogo equilibrado; 1 (um) de forma predominantemente punitivista e 2 (dois) de forma predominantemente não punitivista. As turmas foram 5 (cinco) de primeiro ano, 2 (duas) de segundo e 2 (duas) de terceiro.

O porte de armas foi discutido em algumas de nossas turmas. As conclusões para nossa análise não são especialmente relevantes, pois a maioria das turmas não chegaram a discussões de caráter punitivista ou não. Apenas 3 (três) turmas chegando a esse mérito, sendo duas de primeiro ano e uma de segundo, e quanto a opiniões duas turmas na categoria “A”, em que há opiniões tanto punitivistas quanto não punitivistas, e uma na categoria “C” em que as opiniões foram não punitivistas. Os temas de feminicídio, prostituição e estupro também foram amplamente discutidos, porém sem conclusões relevantes na esfera penal. Também foram discutidos os temas de cárcere, seletividade do sistema penal e outras penas.

Por fim, vale ressaltar a predominância geral de turmas que se encaixam em nossa categoria “A”. Reconhecendo a pluralidade de vivências e de perspectivas de vida existentes nessas turmas, e visto que elas residem um bom número de estudantes, os 40 (quarenta) relatórios dentro dessa categoria entre o total de 83 (oitenta e três) analisados mostram a efetividade que o projeto vêm tendo em criar um espaço no qual todos possam expressar seus ideais e trocar experiências com outras pessoas.

6. CONCLUSÃO

À luz do que fora exposto, pode-se inferir não somente a importância do tripé universitário para uma formação completa dos alunos de graduação, como também a essencialidade da extensão universitária popular no aprimoramento dessa experiência, principalmente no que diz respeito à sua humanização.

Em relação ao Projeto de Extensão “Veredicto: Simulações Jurídicas, Pesquisa e

Extensão”, percebe-se que este tem caráter de extensão popular e proporciona transformação tanto para os alunos do CEM 01 de Sobradinhos como para seus membros e gestores. Ainda, é um projeto que se retroalimenta, já que muitos dos estudantes que passam pela experiência extensionista na figura do “aluno”, quando entram na universidade tornam-se extensionistas pela perspectiva do “membro”, o que torna o projeto ainda mais horizontal e possibilita de forma mais eficaz o cumprimento de seus propósitos de democratização e aproximação da relação Universidade/comunidade.

Ainda, o Veredicto carrega por ideais o esforço constante por uma extensão horizontal e permanente. Esse trabalho, inclusive, dá-se pelo convívio e pela troca que seus membros constroem com os estudantes, aqueles proporcionando um espaço de debate livre das censuras comuns do ensino tradicional e estes trazendo seus interesses, seus conhecimentos e relatos para esse mesmo espaço.

As temáticas analisadas neste trabalho são muito queridas pelos estudantes justamente por levantarem opiniões fortes, levando a debates acalorados e, como já foi pontuado, livres de censura. Há ainda a atuação dos nossos membros que estimulam a formulação de argumentos pelos secundaristas, incentivando a autocrítica.

Frente aos dados levantados com a categorização dos relatórios, é mais palpável a efetividade da atuação do projeto em criar tais espaços. Podemos afirmar que, de 83 eventos, em pelo menos 40 houve uma exposição de ideais opostos, além das análises em temáticas mais pontuais que também foram reveladoras. A finalidade desses encontros não é impor determinada linha de pensamento, e sim consolidar um ambiente de diálogo onde o aluno é livre para se expressar e também aprende a ouvir. A pesquisa sobre a atividade extensionista concentra muito valor por ser fundamental para a compreensão deste trabalho. Além de corroborar para uma elucidação da realidade, ainda que em apenas um aspecto, é um registro de nossas experiências para todas as pessoas interessadas na extensão universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. (8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93 p.). Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Coleção O Mundo, Hoje, 7ª ed., v. 24. 65 p.

_____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 92 p.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

FORPROEX. *O plano nacional de Extensão Universitária*. Coleção Extensão Universitária. Vol. I, 1987. 10 p.

BRASÍLIA, Universidade de Brasília. Câmara de Extensão. *Resolução nº 1, de 2015. Estabelece procedimentos operacionais para a institucionalização de atividades de extensão na Universidade de Brasília*. Brasília, DF, 23 de junho de 2015.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade, para quê?*. Brasília, 1985, 20 p.

TOKARSKI, Carolina. *Com quem dialogam os bacharéis em direito da Universidade de Brasília? A experiência da extensão jurídica popular no aprendizado da democracia*. Brasília, 2009. 140 p.

RODRIGUES, Ana Leticia; REZENDE, Daniel; OHOFUGI, Nathália; PORTO, Pedro Victor. *(Des)construindo a (ex)tenção na Universidade*. p. 19-35 in SILVA, Luciana Correia; TORRES, Fernanda Martins; SILVA, Janaína Lopes da; TORRES Fernanda Martins; BERNARDO, Nauê; STORNI, Paulo Ricardo Guimarães Rocha. TARCHETTI, Ricardo Rodrigues. *Veredicto: Pesquisa e Extensão Universitária*. ISBN: 978-85-87999-06-1. Brasília, Faculdade de Direito, 2017. 96 p.